



Apresentação

A microeconomia e a macroeconomia são as duas áreas de estudo mais importantes das ciências econômicas. Ou seja, essas disciplinas condensam aspectos da teoria econômica que destacam o funcionamento dos mercados, das relações de oferta e demanda e da possibilidade de compreensão de um sistema econômico.

A macroeconomia é o segmento de estudo que enfoca os agregados econômicos, como a renda nacional, o investimento, o nível geral de preços, a poupança nacional, o consumo, o emprego e o desemprego, o estoque de moeda, a taxa de juros, a taxa de câmbio e o comércio internacional. Já a microeconomia é o ramo da economia que estuda o comportamento das unidades individuais, tais como os consumidores, as empresas, os proprietários de fatores de produção e os governos.

Nesta Unidade de Aprendizagem, você vai conhecer um pouco mais a respeito da macroeconomia e da microeconomia, observando, ainda, as principais diferenças entre ambas as áreas no contexto da compreensão de um sistema econômico em âmbito global.

Bons estudos.

Ao final desta Unidade de Aprendizagem, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Definir macroeconomia.
- Identificar o raciocínio crítico por meio de análises microeconômicas.
- Diferenciar análise conjuntural macroeconômica de análise microeconômica.



Desafio

A microeconomia dedica-se também ao estudo dos tipos de estruturas de mercado. Em outras palavras, esse segmento da teoria econômica busca compreender as formas pelas quais os mercados se estruturam e compõem suas margens de receita e lucro.

Em um sistema econômico, os mercados podem ser estruturados de maneiras diferentes. Algumas estruturas de mercado são mais predominantes do que outras, de acordo com o nível de concorrência presente no mercado; logo, essas estruturas podem ser mais fáceis de visualizar na realidade concreta.

Assim sendo, analise o caso descrito a seguir.

A imagem a seguir possui audiodescrição. Para acessar o recurso,

[clique aqui](#)

Você recebeu uma solicitação para **elaborar uma perícia relacionada a um processo judicial de concorrência desleal**, de acordo com o artigo 36 da Lei 12.529/2011.

Na referida ação, a parte autora é a proprietária da Academia X, em uma cidade de médio porte, e alega estar sofrendo os efeitos de possíveis práticas predatórias de uma rede de academias que se instalou na cidade há alguns anos.



Entenda a situação:

A rede de academias vem expandindo os seus negócios na cidade a partir da aquisição de empresas já atuantes na cidade, para manter os clientes e a demanda, e do uso de práticas intensivas de redução de preços. A proprietária da Academia X, que é a autora do processo, afirma que a rede está exercendo uma **posição dominante de forma abusiva, semelhante a um monopólio**.

Como profissional, você deve emitir um parecer sobre a situação da proprietária da Academia X à luz dos referenciais microeconômicos, contemplando os seguintes pontos:

- A rede de academias está praticando monopólio na cidade?

- Essa estrutura de mercado é compatível com a situação do segmento de mercado na cidade?

Justifique sua resposta, lembrando-se que seu parecer vai orientar o magistrado na elaboração de possíveis sanções contra a rede, de acordo com as leis de defesa da concorrência.



Os indicadores macroeconômicos podem ser compreendidos como conjuntos de dados e observações que são organizados para gerar informações estatísticas. Nesse sentido, essa série de dados também é passível de mudanças e oscilações ao longo do tempo, sendo, assim, capaz de oferecer uma compreensão geral sobre o estado de uma economia em determinado período ou data (Sandroni, 2005).

Essas variações, portanto, registram tendências que podem ser captadas em uma pesquisa, para avaliar, por exemplo, um agregado macroeconômico ou o funcionamento de um segmento de mercado. Nesses casos, os indicadores macroeconômicos prestam-se a uma análise conjuntural, que examina o funcionamento da economia no curto prazo e identifica tendências que podem se prolongar em diferentes contextos (Lopes; Vasconcellos, 2008).

No Infográfico a seguir, você vai observar alguns conceitos relacionados aos indicadores macroeconômicos e suas principais características.

A imagem a seguir possui audiodescrição. Para acessar o recurso,

[clique aqui](#)

Conteúdo interativo disponível na plataforma de ensino!



Conteúdo do livro

A microeconomia é o ramo da economia que estuda o comportamento das unidades individuais. Já a macroeconomia é o ramo das ciências econômicas que busca estudar a economia como um todo, compreendendo, assim, o estudo dos agregados econômicos.

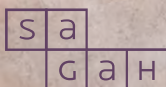
Desse modo, é preciso observar que, apesar de a macroeconomia estudar o comportamento dos agregados econômicos, isso não quer dizer que a análise macroeconômica esteja isolada da análise microeconômica. Com efeito, ainda que existam diferenças teóricas, principalmente em relação à mensuração das condições do mercado, da oferta e da demanda, é preciso perceber que ambas as áreas de conhecimento convergem para um estudo das tendências de curto e longo prazos que caracterizam o funcionamento de um sistema econômico e da própria sociedade.

No Capítulo **Microeconomia e macroeconomia**, base teórica desta Unidade de Aprendizagem, você vai se aprofundar nas diferenças entre a microeconomia e a macroeconomia e, principalmente, vai compreender o que essas áreas representam no contexto da economia política.

Boa leitura.

ECONOMIA POLÍTICA

Filipe Prado Macedo da Silva



SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS



Microeconomia e macroeconomia

Objetivos de aprendizagem

Ao final deste texto, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Definir macroeconomia.
- Identificar o raciocínio crítico por meio de análises microeconômicas.
- Diferenciar análise conjuntural macroeconômica de análise microeconômica.

Introdução

Os dois grandes ramos da economia são a microeconomia e a macroeconomia. Enquanto a microeconomia é o ramo da economia que estuda as unidades individuais, a macroeconomia estuda as unidades agregadas.

Neste capítulo, você vai estudar sobre essas duas grandes vertentes de análise da economia. Para isso, você vai adquirir noções básicas de ambos os ramos, sabendo diferenciá-los e entendendo-os de maneira conjunta. Isso quer dizer que, apesar da divisão teórica, na prática, microeconomia e macroeconomia se complementam.

Macroeconomia

A macroeconomia é o ramo da ciência econômica que busca estudar a economia como um todo e foca na análise dos agregados econômicos (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2013). Por exemplo, a macroeconomia analisa a renda nacional, o investimento, o nível geral de preços, a poupança nacional, o consumo, o emprego e o desemprego, o estoque de moeda, a taxa de juros, a taxa de câmbio e o comércio internacional (SANDRONI, 2005).

Em outras palavras, a macroeconomia aborda os mercados de maneira global. Nesse ramo, não existe a análise de comportamentos individuais, ou seja, não há a reflexão sobre questões de cunho “micro”. Assim, a macroeconomia busca a

“imagem” que mostra o funcionamento da economia em seu conjunto. Logo, o seu propósito é obter uma perspectiva “simplificada” do funcionamento da economia que, porém, permita ao mesmo tempo conhecer e atuar sobre o nível de atividade econômica de um país.

Fundamentalmente, a teoria macroeconômica pode ser dividida em quatro grandes categorias:

- a teoria da renda e do emprego;
- a teoria do nível geral de preços e da inflação;
- a teoria da distribuição, relativa a salários e lucros; e
- a teoria do crescimento econômico.

Dentro da teoria da renda e do emprego, surgem: (a) a teoria da função de consumo, e daí a teoria das flutuações (ou dos ciclos de negócios); e (b) a teoria do investimento (SANDRONI, 2005).

Hoje em dia, os estudos macroeconômicos procuram responder aos seguintes problemas econômicos: como reduzir o desemprego? Como controlar a inflação? Como melhorar a distribuição de renda? Como gerar um crescimento econômico equilibrado e contínuo? Como reduzir os endividamentos do governo e aumentar os investimentos em infraestrutura? Como melhorar a mobilidade social?

Conforme Vasconcellos (2008), na prática, esses são alguns dos problemas econômicos mais recorrentes e que a macroeconomia tem como meta solucionar. Nesse contexto, os objetivos macroeconômicos não são independentes uns dos outros e podem, em diferentes situações, ser conflitantes. Por exemplo, para se ter crescimento econômico, normalmente, a estabilidade de preços é comprometida. Em outras palavras, na macroeconomia, é muito complicado atingir mais de um objetivo ao mesmo tempo.

Desse modo, o administrador público (também chamado de *policy maker* ou “formulador de políticas”) tem que fazer uma escolha quanto à ênfase a ser dada aos diferentes problemas econômicos. Logo, existe o que se chama de *trade-off* entre os objetivos macroeconômicos.

O *trade-off* nada mais é do que um dilema. Conforme Sandroni (2005), em economia, o *trade-off* define uma situação de escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica visa a resolução de determinado problema, mas acarreta, inevitavelmente, outros problemas econômicos. Na maioria dos países, é possível prever as escolhas macroeconômicas a partir do conhecimento prévio da orientação ideológica dos *policy makers* ou “formuladores de políticas” (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2013).

Nesse sentido, os problemas macroeconômicos a serem resolvidos estão muito relacionados com a vertente política seguida pelos *policy makers* ou “formuladores de políticas”. É dessa orientação que surgem alguns dos objetivos macroeconômicos que alimentam algumas das políticas macroeconômicas. Dessa maneira, as políticas macroeconômicas são empregadas pelos governos para influenciar o comportamento dos agregados econômicos.

As principais políticas macroeconômicas são: política fiscal, política monetária, política externa e política de rendas. Em geral, as políticas macroeconômicas são constituídas por uma parte real e uma parte monetária, divididas em quatro mercados: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado financeiro (monetário e de títulos) e o mercado cambial (VASCONCELLOS, 2008). Logo, o objetivo do governo é atuar sobre o comportamento dos agregados econômicos reais e monetários. Vejamos cada uma dessas políticas a seguir (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2013).

A **política fiscal** refere-se a todos os instrumentos com os quais o governo pode arrecadar tributos — a política tributária — e controlar suas despesas — a política de gastos. Em outras palavras, são todas as decisões do governo acerca das receitas e dos gastos públicos. O governo tem três funções econômica a desempenhar: (1) a função alocativa refere-se ao fornecimento de bens e serviços que o mercado não oferece adequadamente e que o governo assume a função de fornecer, em especial, dos tipos bens e serviços coletivos; (2) a função distributiva refere-se ao papel que o governo tem de retirar renda dos setores mais ricos e transferir para os seguimentos menos favorecidos da sociedade; e (3) a função estabilizadora está relacionada com a intervenção governamental que afeta os níveis de preços e emprego.

A **política monetária** refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda, de crédito e das taxas de juros. Atualmente, a política monetária é uma das formas mais utilizadas pelos governos para intervir na economia e alcançar as metas macroeconômicas (SANDRONI, 2005). Geralmente, quem executa a política monetária é o Banco Central. A política monetária pode ser definida como o controle da oferta de moeda e das taxas de juros para que se atinjam os objetivos da política econômica. Em outras palavras, a política monetária pode ser também definida como a atuação das autoridades governamentais, mediante instrumentos de efeito direto e indireto, com o objetivo de controlar a liquidez do sistema econômico. Assim, a política monetária atua diretamente sobre o controle da quantidade de moeda em circulação, visando defender a estabilidade econômica (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2013).

A **política externa** refere-se às medidas utilizadas pelo governo que influenciam variáveis relacionadas com o setor externo da economia. De acordo

com Vasconcellos (2008), a política externa é composta pela política cambial e pela política comercial. Enquanto a política cambial se dedica ao controle do governo sobre a taxa de câmbio (câmbio fixo e/ou flutuante), a política comercial se refere aos instrumentos de incentivo às exportações e/ou estímulos/desestímulos às importações, sejam fiscais, creditícios, entre outros. Em suma, a política externa afeta diretamente o fluxo internacional de um país — seja do lado real e/ou monetário.

Por fim, a **política de rendas** refere-se aos controles exercidos pelo governo sobre os preços e os salários. A característica especial é a de que, nesses controles, os agentes econômicos ficam proibidos de levar a cabo o que fariam, em resposta a influências do mercado (VASCONCELLOS, 2008). Normalmente, esses controles são utilizados como política de combate à inflação. No Brasil, a política do salário mínimo e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são políticas de rendas. Na primeira política, o governo federal legisla o valor mínimo do preço do trabalho, ou seja, o valor mínimo do salário do trabalhador. Já a Conab atua na execução de políticas de preços dos produtos agrícolas.



Saiba mais

Os **indicadores macroeconômicos** são conjuntos de dados estatísticos, passíveis de mudanças e oscilações, capazes de dar uma ideia do estado de uma economia em determinado período ou data. Podem ser chamados também de “indicadores de conjuntura” (SANDRONI, 2005).

Entre os indicadores macroeconômicos mais relevantes, estão os referentes a desemprego, oferta de empregos, preços ao consumidor, produção em geral, rendimentos em geral, taxas de juros, empréstimos bancários, endividamento público e privado, movimentos de exportação e importação, balanço de pagamentos, índices de commodities, entre outros.

No Brasil, podemos destacar os seguintes indicadores macroeconômicos:

- Produto Interno Bruto (PIB);
- Índices de Preços;
- Índices do Mercado de Trabalho;
- Balanço de Pagamentos;
- Contas Nacionais;
- Base Monetária;
- Risco-País ou Risco Soberano;
- Reservas Internacionais; e
- Índices de *Commodities*.

Esses indicadores macroeconômicos buscam explicar a economia brasileira como um todo.

O raciocínio crítico por meio de análises microeconômicas

A microeconomia é o ramo da economia que estuda o comportamento das unidades individuais, tais como os consumidores, as empresas, os proprietários de fatores de produção e os governos. Portanto, a microeconomia se refere à forma como as unidades individuais que compõem a economia — consumidores privados, empresas, trabalhadores, produtores de bens e serviços, etc. — agem e reagem umas sobre as outras (SANDRONI, 2005).

Assim, a microeconomia preocupa-se em estudar como e por que os agentes econômicos capitalistas agem de determinadas formas. Dentre inúmeras perguntas, a microeconomia procura respostas para as seguintes questões: o que determina o preço dos bens e serviços em uma economia? O que determina o quanto cada mercadoria será produzida? O que determina a maneira pela qual uma família gasta a sua renda?

O raciocínio crítico da microeconomia não tem seu foco na empresa, e não deve ser confundida com a administração, mas no mercado, no qual as empresas e consumidores interagem, analisando os fatores econômicos que determinam o comportamento da demanda (consumidores) e o da oferta (produtores).

Fundamentalmente, a análise microeconômica pode ser dividida em cinco grandes categorias:

- a teoria da demanda/procura;
- a teoria da oferta;
- a análise das estruturas de mercado;
- a teoria do equilíbrio geral e do bem-estar; e
- as imperfeições de mercado (as externalidades, os bens públicos e as informações assimétricas).

Dentro da teoria da demanda/procura, aparecem: (a) a teoria do consumidor (que é a demanda individual); e (b) a demanda de mercado. Já na teoria da oferta, surgem: (a) a oferta individual, com a teoria da produção e a teoria dos custos da produção; e (b) a oferta de mercado. Por fim, na análise das estruturas de mercado, temos: (a) a análise do mercado de bens e serviços; e (b) a análise do mercado de insumos e de fatores de produção (SANDRONI, 2005).

Nesse contexto, a análise microeconômica acontece em dois mercados: o de bens e serviços e o dos serviços dos fatores de produção (terra, trabalho e capital). Na prática, é da relação entre a demanda e a oferta nos dois mercados que surge

a preocupação fundamental da microeconomia: a formação dos preços. É por isso que a microeconomia pode ser chamada também de “teoria de preços”.

Já para Pindyck e Rubinfeld (1999), a microeconomia se assenta em dois grandes grupos: compradores (demandantes) e vendedores (ofertantes). É a partir da interação desses dois grupos que surgem os mercados. Nesse sentido, o mercado é um grupo de compradores e vendedores que, por meio de suas reais ou potenciais interações, determina o preço de um produto ou um conjunto de produtos. É importante notar que o mercado não é a mesma coisa que indústria: a indústria é um conjunto de empresas que vendem o mesmo produto ou produtos correlatos.

Em resumo, a teoria microeconômica se assenta em três pilares: a demanda, a oferta e o mercado. Na **demanda**, a teoria do consumidor é uma peça fundamental da chamada Teoria Econômica Neoclássica. Para Carrera-Fernandez (2009), a teoria do consumidor talvez seja a mais importante dentre todas as teorias econômicas da microeconomia, embora seja uma teoria muito criticada por causa de seus postulados teóricos de comportamento.

Uma parte da teoria microeconômica se dedica a explicar e prever os comportamentos da **oferta**, a partir da compreensão do funcionamento da firma, em especial, no que se refere a produção, custos e lucro. Segundo Vasconcellos (2008, p. 109), a teoria da firma trata justamente “do problema da produção, dos custos de produção e dos rendimentos (lucros) da firma”. Logo, a teoria da firma pode ser dividida em teoria da produção, teoria dos custos e teoria do lucro.

Além disso, a microeconomia se dedica ao estudo dos tipos de **estruturas de mercado**, ou seja, à forma como os mercados se estruturam do ponto de vista econômico. É importante lembrar que as firmas e a competição entre elas acontecem nos mercados. Pelo menos, seis tipos de mercados são relevantes: (1) concorrência perfeita; (2) concorrência monopolista; (3) monopólio; (4) oligopólio; (5) monopsônio; (6) oligopsônio (SANDRONI, 2005; VASCONCELLOS, 2008).



Exemplo

Na economia real, existem inúmeros exemplos das estruturas de mercado. Algumas estruturas de mercado são mais predominantes do que outras e, logo, são mais fáceis de serem visualizadas.

O exemplo mais clássico de **concorrência perfeita** é a feira livre, em que inúmeros vendedores (“barraquinhas”) comercializam o mesmo produto, em geral, produtos

(Continua)

(Continuação)

agrícolas *in natura*. Em outras palavras, são muitos vendedores que comercializam produtos homogêneos.

Já o caso da **concorrência monopolista** apresenta vários exemplos na realidade concreta. Talvez essa seja a estrutura de mercado em que é possível encontrar o maior número de exemplos reais. Dois casos ilustram muito bem essa estrutura de mercado. Primeiro, o exemplo dos salões de beleza é o mais evidente dessa estrutura. Existem inúmeros salões de beleza em qualquer cidade, mas cada salão de beleza faz uso de serviços quase que “exclusivos” em termos de execução. Para entender melhor: imagine que existem muitos salões de beleza para cortar o cabelo, mas cada um corta de uma maneira diferente, sendo quase que um monopólio no que realiza. Um segundo exemplo são as padarias: todas produzem pães e produtos de panificação, mas cada uma (das padarias) tem o seu sabor específico e a sua qualidade peculiar.

No **monopólio**, são comuns os casos relativos ao fornecimento de serviços considerados de natureza pública. Por exemplo, o fornecimento de água e esgoto, de energia elétrica, de telecomunicações, de estradas ou vias públicas, entre outros.

Já os exemplos de **oligopólio** são comuns em grande parte dos setores contemporâneos, especialmente, os setores industriais mais complexos. Isso inclui, por exemplo, a indústria automobilística, a indústria farmacêutica, a indústria de tecnologia da informação, a indústria aeronáutica, entre outros. Ou seja, são exemplos em que existem apenas poucas firmas ou poucos *big players* (grandes participantes) no mercado produtor.

Por fim, tanto o **monopsônio** quanto o **oligopsônio** apresentam exemplos nos setores de matérias-primas estratégicas, como, por exemplo, o petróleo, os minérios, a energia, etc. No Brasil, um exemplo de monopsônio são as usinas de energia solar, que são obrigadas a vender a energia para um único distribuidor elétrico. Já um exemplo de oligopsônio são os pequenos/médios exploradores de petróleo, que, em alguns países, são obrigados a vender os barris de óleo para poucas refinarias de petróleo.

O estudo crítico da microeconomia caracteriza-se por, pelo menos, quatro axiomas ou princípios teóricos que servem de base para todas as cinco grandes categorias apresentadas anteriormente. Em outras palavras, tratam-se de características que permeiam todas as análises microeconômicas, a saber: análise dedutiva ou teórica, condição *coeteris paribus*, análise estático-comparativa e visão positiva/científica.

- **Análise dedutiva ou teórica:** a microeconomia caracteriza-se como um ramo da economia de natureza dedutiva ou teórica. Esse caráter dedutivo é decorrência da complexidade e do entrelaçamento de influências que subjazem às situações reais que são objeto de estudo. Ou seja, a análise microeconômica trabalha com muitas variáveis que não podem ser observadas ou mensuradas. É o caso, por exemplo, do grau

de utilidade de que os consumidores desfrutam ao dispor de certos bens ou serviços. Logo, a microeconomia lança mão de modelos teóricos, ou seja, de construções teóricas compostas por uma série de hipóteses, a partir das quais as conclusões são elaboradas. Assim sendo, a partir da situação do mundo real, são selecionadas as variáveis mais significativas do fenômeno que se estuda, permitindo que a complexidade do mundo seja teoricamente manipulável (SANDRONI, 2005).

- **Condição *coeteris paribus*:** o estudo da microeconomia se baseia muito na condição *coeteris paribus*, expressão em latim que significa “tudo o mais permanecendo constante”. Assim, a análise microeconômica, para poder analisar um mercado isoladamente, supõe todos os demais mercados constantes. Ou seja, supõe que o mercado em estudo não afeta nem é afetado pelos demais. Por exemplo, ao se adotar essa condição, verifica-se como a demanda — ou até mesmo a oferta — é influenciada pelo preço, permanecendo os demais fatores (hábitos, renda, entre outros) constantes (VASCONCELLOS, 2008). Essa condição *coeteris paribus* pode ser chamada, também, de “análise de equilíbrio parcial”.
- **Análise estático-comparativa:** a microeconomia tende a confrontar duas ou mais situações de equilíbrio, sem se preocupar com o período intermediário entre essas situações inicial e final. De acordo com Carrera-Fernandez (2009), a análise estático-comparativa é a técnica que analisa as consequências de variações nos parâmetros econômicos da demanda e da oferta sobre o equilíbrio de mercado.
- **Visão positiva/científica:** a microeconomia se enquadra dentro do ramo da ciência positiva. Isso implica a ausência de juízo de valor ou conotação ética nas teorias microeconômicas, que se mantêm exclusivamente descritivas (CARRERA-FERNANDEZ, 2009; SANDRONI, 2005).



Fique atento

A ideia de que os consumidores estão “sempre buscando o máximo com o mínimo de esforço” é a lei do interesse pessoal ou princípio hedonístico. O hedonismo deriva do grego *hedone*, que significa prazer. Na economia, foi um princípio introduzido por John Stuart Mill em que cada um dos indivíduos procura o bem e a riqueza e evita o mal e a miséria. Logo, o bem e a riqueza são tratados como valores superiores, alinhados ao critério quantitativo da aritmética dos prazeres. Em suma, é a doutrina que considera o prazer como a essência da felicidade e como suprema norma moral.

Análise conjuntural macroeconômica e análise microeconômica

A divisão da economia em dois grandes ramos, microeconomia e macroeconomia, apareceu no início da década de 1930. É importante destacar que, antes do início do século XX, a economia “[...] era uma ciência exclusivamente microeconômica” (SANDRONI, 2005, p. 388-389).

Enquanto a microeconomia preocupa-se mais com uma análise parcial, a macroeconomia foca nos grandes agregados econômicos dentro de uma análise global. Apesar de a macroeconomia estudar o comportamento dos agregados econômicos, isso não quer dizer que a análise macroeconômica esteja isolada da análise microeconomia (que estuda a economia dos indivíduos e das empresas).

A separação da análise econômica em macroeconomia e em microeconomia serve somente para fins didáticos, porque, na prática, ambas as perspectivas andam juntas e se retroalimentam no seu funcionamento (SANDRONI, 2005). A macroeconomia e a microeconomia se diferenciam apenas de acordo com o nível de agregação das variáveis econômicas (KISHTAINY, 2013).

Alguns autores descrevem que a macroeconomia usa um “binóculo” para entender as relações econômicas, enquanto a microeconomia faz uso de várias “lupas” para analisar a economia ou apresenta uma perspectiva “microscópica” dos fenômenos econômicos, ou seja, uma análise parcial dos fenômenos econômicos. Apesar de esses dois grandes ramos da economia caminharem por canais distintos, a separação entre eles é muito frágil, pois os fenômenos econômicos requerem o inter-relacionamento das teorias que se inserem em ambos os ramos.

A **macroeconomia** ocupa-se, fundamentalmente, com questões conjunturais, de curto e médio prazo, como, por exemplo, a inflação, o desemprego e o nível de renda nacional. As questões estruturais ainda são abordadas pela macroeconomia, mas pela “macroeconomia do desenvolvimento”, que está preocupada com a economia no longo prazo. Ou seja, são os problemas macroeconômicos que produzem desequilíbrios no sistema econômico, no curto e no médio prazo.

A **microeconomia** analisa, basicamente, questões comportamentais, de curto, médio e longo prazo, como, por exemplo, o comportamento dos compradores (consumidores) e as decisões de produção das firmas. As análises da microeconomia buscam elaborar padrões econômicos comportamentais acerca dos movimentos de compra, venda e organização do mercado. Esses padrões são modelados graficamente, buscando, de maneira racional, explicar como os principais agentes econômicos se comportam.

Por exemplo, no mercado financeiro, a relação entre a análise microeconômica e a macroeconômica é bastante controversa. Em várias situações, pode haver algum desacordo entre investidores fundamentalistas (particularmente focados no valor) e investidores técnicos sobre o papel apropriado da análise econômica, mas é mais provável que a microeconomia afete uma proposta de investimento individual.

Porém, a visão macroeconômica apresenta as circunstâncias do ecossistema econômico, que afetam em nível geral todos os governos e negócios nacionais e/ou internacionais.



Referências

- CARRERA-FERNANDEZ, J. *Curso básico de microeconomia*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. *Macroeconomia*. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- KISHTAINY, N. (Ed.). *O livro da economia*. São Paulo: Globo, 2013.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
- SANDRONI, P. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- VASCONCELLOS, M. A. S. *Economia: micro e macro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Leitura recomendada

- VIANNA, S. T. W.; BRUNO, M. A. P.; MODENESI, A. M. *Macroeconomia para o desenvolvimento: uma agenda de pesquisa*. Ipea: Texto para Discussão, Rio de Janeiro, n. 1677, dez. 2011.

Encerra aqui o trecho do livro disponibilizado para esta Unidade de Aprendizagem. Na Biblioteca Virtual da Instituição, você encontra a obra na íntegra.

Conteúdo:



SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS



Dica do professor

A macroeconomia articula conceitos que contribuem diretamente para a compreensão e a construção das ciências econômicas. O propósito dessa área de conhecimento é analisar a economia de maneira agregada, somada ou como um todo (Lopes; Vasconcellos, 2008).

Diante desse contexto, a macroeconomia consiste em um importante referencial para a gestão dos governos sobre as economias nacionais; essa gestão define as condições de crescimento, consumo e geração de riqueza na sociedade. Desse modo, é preciso enfatizar que as principais políticas macroeconômicas são: política fiscal, política monetária, política externa e política de rendas (Sandroni, 2005). Todas essas políticas macroeconômicas sofrem a influência das orientações ideológicas dos *policy makers*, ou “formuladores da política”, as quais são instigadas por alinhamentos ideológicos e teóricos a respeito do funcionamento do sistema econômico.

Nesta Dica do Professor, você vai conhecer mais as orientações ideológicas na política macroeconômica, com ênfase nas medidas de política fiscal.

As imagens do vídeo a seguir possuem audiodescrição. Para acessar o recurso,

[clique aqui](#)



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.



Exercícios

- 1) As áreas de estudo da teoria econômica destacam as distinções entre a microeconomia e a macroeconomia como referenciais para a compreensão do comportamento dos agentes econômicos.

Nesse contexto, é correto mencionar, a respeito da microeconomia, que o enfoque dessa área é:

- A) a reflexão sobre a determinação dos níveis ideais de emprego.
- B) o estudo sobre o funcionamento dos segmentos de mercado.
- C) a abordagem sobre o comportamento dos mercados agregados.
- D) a discussão sobre as políticas de rendas e o controle de preços.
- E) o debate a respeito da autoridade do Banco Central sobre a economia.

- 2) Os enfoques macroeconômicos se dividem em estudos que destacam o funcionamento e a existência de um sistema econômico. Nesse sentido, é preciso entender de que modo esses sistemas operam e interagem nas transações entre agentes.

Assim, considerando o conteúdo mencionado pelo texto-base, assinale a opção correta.

- A) A determinação sobre os níveis gerais de emprego compete à política monetária.
- B) A política fiscal enfatiza o uso das taxas de juros para o crescimento econômico.
- C) As políticas de comércio exterior destacam a dinâmica de gastos e tributos comerciais.
- D) As ações de política monetária articulam a taxa de juros e o volume de moeda em circulação.
- E) As dinâmicas da política monetária baseiam-se na tributação para financiar o Estado.

- 3) As dinâmicas do sistema econômico enfatizam situações nas quais o estudo sobre o funcionamento dos mercados precisa ser feito com base em diferentes pressupostos teóricos. Isto é, cada medida de política econômica está baseada em referenciais que orientam as transações entre agentes e a determinação da oferta e da demanda na sociedade.

Dessa forma, com base nos elementos destacados pelo texto, analise as afirmações a seguir.

I – A condição *coeteris paribus*, entendida como "tudo o mais constante", destaca situações nas quais o comportamento do mercado deve ser compreendido mediante o isolamento de outras variáveis de influência.

II – A existência de um *trade-off* em um sistema econômico envolve a possibilidade de escolha entre situações consideradas ideais, isto é, entre opções que vão beneficiar os agentes em suas transações comerciais.

III – Os agentes econômicos que se encontram em uma condição *policy maker* captam as determinações dos formuladores da política econômica e as aplicam no sentido de obter a realização de seus objetivos.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

- 4) As políticas macroeconômicas interferem objetivamente no funcionamento do sistema econômico. Portanto, é necessário avaliar de que modo essas políticas são compostas para entender seus impactos e características em relação ao mercado e à sociedade.

Diante do exposto, analise as afirmações que se seguem, julgando-as como (V) verdadeiras ou (F) falsas.

() A política fiscal incide sobre o volume do crédito em circulação na economia a fim de determinar as condições de consumo e a geração de produto entre os agentes econômicos.

() As medidas de política fiscal compreendem o gasto público e a tributação como variáveis-chave para a determinação da produção e do crescimento econômico.

() O mercado cambial faz parte das medidas de política macroeconômica voltadas para o setor externo, as quais determinam, por exemplo, o volume de importações e exportações.

Assinale a opção que contempla a sequência correta.

- A) F – F – V.
- B) F – V – F.

C) $F - V - V$.

D) $V - F - V$.

E) $V - F - F$.

- 5) Os instrumentos de política macroeconômica incidem sobre diferentes objetivos e agregam diferentes consequências para o funcionamento de um sistema econômico. É necessário, assim, perceber os principais objetos dessas políticas para avaliar seus efeitos sobre os agentes econômicos e a geração de equilíbrio nesse sistema.

Desse modo, a partir dos elementos destacados pelo texto, é correto afirmar que um dos objetos principais das políticas de rendas é:

- A) o volume de gasto público para a contenção da inflação.
- B) o nível de salários, para o controle dos níveis de preço.
- C) o controle das exportações para a determinação dos preços internos.
- D) a base monetária, isto é, o volume de moeda em circulação.
- E) o volume de tributos para determinar o nível de consumo.



Na prática

A teoria microeconômica enfatiza o estudo de diferentes segmentos de mercado, para, assim, obter referências sobre o comportamento dos agentes em relação às decisões de consumo e produção. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (1999), esse referencial teórico também é utilizado para avaliar o modo pelo qual as mudanças de preço geram oscilações nas receitas e margens de lucro de produtos e serviços criados com a atividade econômica.

Dentro dessa abordagem, a microeconomia desdobra-se em diferentes teorias, das quais se destaca a teoria da firma, que enfatiza o processo de maximização de lucros mediante a atividade de produção. Assim sendo, é possível obter o lucro total (LT) de uma empresa mediante a dedução dos custos totais (CT) em relação à receita total (RT) (Carrera-Fernandez, 2009).

Neste Na Prática, você vai acompanhar uma história prática que revela aspectos da teoria microeconômica, avaliando a formação de receita e lucro em uma empresa ligada ao agronegócio, conectando, assim, os temas desta Unidade de Aprendizagem ao seu cotidiano profissional.

A imagem a seguir possui audiodescrição. Para acessar o recurso,

[clique aqui](#)

FORMAÇÃO DE RECEITA E LUCRO: A TEORIA DA FIRMA EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO

Na Teoria da Firma, uma empresa obtém sua receita total (RT) como um valor obtido ao multiplicar a quantidade produzida (q) pelo preço de venda (p). O custo total (CT), por sua vez, corresponde ao somatório dos custos variáveis totais (CVT) e os custos fixos totais (CFT).

Para compreender sobre essa teoria, acompanhe o caso a seguir.



A empresa JL Soluções Agrícolas vende 1.000 unidades de determinado agrotóxico, que custa R\$ 10,00. A receita total é a multiplicação do preço de venda (p) e da quantidade produzida (q). Já o custo total é o somatório do custo variável total (CVT) e do custo fixo total (CFT).

Nesse caso, a JL Soluções Agrícolas tem um custo variável total de R\$ 5.000, relacionado às matérias-primas e aos itens diretamente ligados à produção. Enquanto isso, o custo fixo total é de R\$ 2.000, sendo R\$ 1.000 de instalações e R\$ 1.000 de despesas com o pessoal administrativo, sem qualquer relação com a produção da firma.



ASSIM, DE ACORDO COM A TEORIA DA PRODUÇÃO, TEMOS:

$$\text{Lucro total} = \text{Receita total} - \text{Custo total}$$

Tudo o que a firma recebe com a venda da produção, multiplicado pelo preço.

Tudo o que a firma gasta para a produção, tendo custos fixos e variáveis.

Desse modo, pode-se dizer, então, que a JL Soluções Agrícolas tem lucro total de R\$ 10.000,00: R\$ 7.000,00 a receita total e R\$ 3.000,00 o custo total da produção dos produtos.

Assim, de acordo com a Teoria da Firma:

$$\text{Lucro Total} = \text{Receita Total} - \text{Custo Total}$$

$$\text{Custo Total} = \text{Custo Variável Total} + \text{Custo Fixo Total}$$

$$\text{Lucro Total} = \text{Receita Total} - \text{Custo Variável Total} - \text{Custo Fixo Total}$$

Onde:

- **Receita Total** é tudo que a empresa recebe com as vendas, isto é, o produto entre preço e quantidade.
- **Custo Total** é tudo que a empresa gasta para a produção, na soma dos custos fixos e variáveis totais.

Deste modo, pode-se dizer que a JL Soluções Agrícolas tem lucro total igual à diferença entre receitas (R\$ 10.000) e custos (R\$ 5.000 + R\$ 2.000 = R\$ 7.000). Logo, o lucro total é igual a R\$ 10.000 - R\$ 7.000 = R\$ 3.000.

A atividade da JL Soluções Agrícolas enfatiza uma situação na qual os custos fixos e variáveis correspondem a 70% das receitas totais. A margem de lucro de 30%, portanto, destaca uma situação em que a atividade produtiva e comercial gera recursos que podem ser reinvestidos para gerar redução de custos fixos, melhora da produtividade, entre outras possibilidades.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.



Saiba mais

Para ampliar o seu conhecimento a respeito desse assunto, veja abaixo as sugestões do professor:

Teoria econômica e economia digital: introdução ao curso

Neste vídeo, pertencente ao canal da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), você poderá obter mais referências a respeito da teoria econômica e da distinção entre os estudos microeconômicos e macroeconômicos, entendendo suas aplicações teóricas e práticas.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

A ortodoxia neoclássica

Verifique aspectos da história da influência da teoria neoclássica no ambiente acadêmico brasileiro por meio da leitura deste artigo. Nesse conteúdo, enfatiza-se o desenvolvimento das ciências econômicas por meio do enfoque neoclássico e sua contribuição para a análise microeconômica.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

Macroeconomia para o desenvolvimento: uma agenda de pesquisa

O artigo tem como objetivo sugerir uma agenda de pesquisa que compatibilize a política macroeconômica com uma política de desenvolvimento. Dessa forma, você vai observar que as teorias econômicas enfocam temas socialmente relevantes, como a geração de renda e riqueza e sua respectiva distribuição.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

Gastos tributários e crescimento econômico no Brasil entre 2004 a 2015: uma avaliação empírica

O artigo destaca um dos aspectos da política fiscal, o gasto tributário – que corresponde à renúncia de receita de tributos pelo governo para o estímulo ao crescimento econômico. Assim, você vai observar que essas medidas foram implementadas em grande escala entre as décadas de 2000 e 2010 como parte de uma ação macroeconômica focada no desenvolvimento econômico e no incremento das relações de consumo e produção.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

A pandemia de covid-19 e a política fiscal: o que há de novo na visão do mainstream?

Neste estudo, você vai realizar um resgate teórico da política macroeconômica no início da década de 2020, isto é, no contexto da pandemia da covid-19, mediante diferentes escolas de pensamento. Você vai perceber que as ações de política fiscal e monetária devem ser ativadas como parte de um processo de sustentação da atividade econômica em conjunturas e circunstâncias adversas.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.